

## O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE

Karine Aniela Barros Menetrie <sup>1</sup>

### RESUMO

As reflexões presentes nesse artigo têm o propósito de elucidar aspectos importantes da formação docente, para os que pretendem lecionar em instituições de nível superior, buscando identificar a nova dinamicidade deste profissional dentro do contexto atual. Por meio da análise de textos que envolvem essa temática, como formação de professor, tendências e o papel da universidade, identificou-se que tanto a universidade quanto o processo de formação docente, estão passando por mudanças profundas, que refletem seus impactos para a construção de um novo perfil de professores universitários.

**Palavras-chave:** Formação docente, Educação, Ensino Superior.

### INTRODUÇÃO

Desde muito antes do advento da escrita e da fala, o ser humano se utilizava do conhecimento adquirido pela observação e pela experiência como uma maneira de conhecer o funcionamento das coisas com o intuito de saber usá-las de uma forma melhor.

Com o passar dos tempos, todo o conhecimento adquirido pelo indivíduo começou a ser transmitido de geração em geração com um meio de sobrevivência e de perpetuação da própria existência humana. Assim, deu-se origem à aprendizagem e, posteriormente, à educação.

Nesse sentido Araujo (1996, p.39) acrescenta “Se partirmos do pressuposto de que o ser humano não é um ser isolado e que ele precisa conviver com outros de sua espécie para poder sobreviver e existir”. Assim, podemos concluir então que o homem é um animal social e que vive em sociedade e como consequência, a partir desse momento, todo o comportamento e toda ação humana acaba por ser condicionada pela cultura, que ditará as regras para a sua conservação.

Tal constatação nos aproxima da ideia de que toda sociedade se utiliza de meios para transmitir sua cultura para as gerações futuras. Um desses meios é a educação. A

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Assunción UAA - PY, [aniela\\_adm@hotmail.com](mailto:aniela_adm@hotmail.com);

educação visa a transmitir todo o patrimônio cultural para que o indivíduo consiga ser integrado na sociedade a qual vive desenvolver as suas potencialidades e desenvolver a sociedade em si (OLIVEIRA, 1998, p. 94). Essa transmissão de patrimônio cultural pode ser entendida como processo de socialização, que acompanhará o indivíduo desde sua infância, até a vida adulta.

Ressalte-se que a educação não deve ser vista apenas como uma transmissão de patrimônio cultural e que ela não está restrita apenas à idade da infância. A educação é um processo contínuo, que perdura por toda a vida, porque se faz necessário aprender mais, levando em consideração que o conhecimento e os títulos acadêmicos possam trazer maiores oportunidades na vida e no trabalho. Sendo assim, as pessoas devem estudar e aprender para poderem sobreviver no mundo atual e globalizado, no qual o mercado é extremamente competitivo e busca formação qualificada.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada constitui de pesquisas de natureza bibliográfica, exploratória e qualitativa, através de um levantamento teórico, onde foi necessário a busca de informações com autores que já abordaram o assunto. Entendemos que a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia publicada, sendo boletins, jornais, revistas, livros, teses e pesquisas. Entretanto é necessário analisar cada contribuição científica já existente sobre o assunto.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **1. A FORMAÇÃO SUPERIOR DOCENTE**

Elucidar o processo de formação de docência é uma tarefa que demanda um estudo mais abrangente e até mesmo cronológico sobre alguns aspectos que são relevantes para se ter uma compreensão mais detalhada do tema: a primeira parte, sobre a história e evolução e a segunda parte, voltada para os problemas que vem infringindo a formação docência.

A docência do ensino superior, assim como as instituições de nível superior, surgiram no Brasil há pouco menos de quinhentos anos. Estudiosos destacam que, no período colonial brasileiro, entre os anos de 1549-1759, havia apenas os cursos superiores de Filosofia e Teologia, sendo estes ofertados pelos Jesuítas. Naquele período, Portugal atuava muito fortemente no sentido de impedir o desenvolvimento do ensino superior em suas colônias,

pois temia que o conhecimento advindo do estudo instigasse a população a realizar movimentos de independência, o que retardou o processo.

Assim, ao fazer uma análise, percebemos que o ensino superior no Brasil teve seu início apenas em 1808, quando houve a chegada da família real portuguesa ao país. Nesse período, o ensino superior passou a existir em instituições formais, inicialmente oferecendo apenas três cursos: engenharia, medicina e belas artes, todos eles sendo gratuitos. O crescimento do ensino superior somente aconteceu com a Constituição da República, em 1891, que acabou por descentralizar a oferta de ensino superior, permitindo que tanto os governos estaduais quanto a iniciativa privada criassem seus próprios estabelecimentos de ensino. A proclamação da República trouxe um aumento nas discussões sobre as universidades, com a intenção, por parte dos deputados constituintes, em criar tais instituições em estados como: Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, mas a ideia não foi adiante por motivos de ordem financeira.

Um fato interessante abordado em alguns estudos é que, na década de 1930, a demanda da população pelo ensino superior não foi inteiramente absorvida pelo Estado, o que abriu mais espaço para a iniciativa privada.

A partir de 1960, o ensino superior brasileiro contou com significativas mudanças tanto no funcionamento quanto em sua configuração, tais como: titulação dos docentes, institucionalização da pesquisa e da produção intelectual, qualidade da formação oferecida, diversidade de oferta de cursos, dentre outros. Apenas para se ter uma ideia dessas mudanças, em 1978 houve a expansão do parque industrial brasileiro que acendeu a exigência de alteração na formação de profissionais, passando a focar, então, as tecnologias mais avançadas por parte dos técnicos, por consequência houve a ênfase na formação de professores para essas disciplinas. Como resposta a isso, nesse mesmo ano surgiram os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) para atuarem no âmbito da formação desses docentes.

Já em 1990, o cenário mundial se transformou drasticamente devido à Globalização. Como abordado anteriormente, a globalização é um processo de internacionalização de capital que envolve o comércio mundial e cujos efeitos são sentidos de imediato.

Ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000, os avanços na tecnologia geraram a chamada Era da Informação.

A partir de agora, os celulares, os computadores, as redes e a internet tomam lugar na vida cotidiana das pessoas. Tudo passa ser feito de forma digital: desde a compra de um livro

até transações efetuadas por assinatura digital, passando por conferências on-line. Em outras palavras, tudo o que se quer e o que se precisa de uma forma rápida e sem muita burocracia.

Essa transformação proporcionou mudanças em todas as esferas: social, política, econômica e cultural. Assim sendo, essa transformação não poderia deixar de repercutir fortemente no contexto educacional.

Diante deste novo cenário, o grande dilema que se estabelece na área do ensino reside no fato do que realmente deve ser ensinado, ou seja, que tipo de saber deve ser transmitido. As mudanças e os acontecimentos são imprevisíveis e podem ser vistos e sentidos em tempo real, como no caso do atentado às Torres Gêmeas, em Nova Iorque, no dia 11 de setembro de 2001, que foi transmitido mundialmente e onde se pôde acompanhar o exato momento da colisão do avião e o conseqüente desmoronamento das torres.

Como desdobramento da Era da Informação surge, então, a Era do Conhecimento. Dentro dessa nova perspectiva, o conhecimento é criado e modificado pelas pessoas. “A palavra de ordem é o capital intelectual, que vem a ser constituído pela união das habilidades com as competências das pessoas” (CHIAVENATO, 2004, p. 131).

As habilidades estão relacionadas ao modo de como aplicar o conhecimento. As competências, por sua vez, estão mais voltadas para características individuais que são observáveis, como o próprio conhecimento, habilidades, objetivos e os valores, que são capazes de elevar o desempenho no trabalho ou em outro setor da vida. Neste sentido, as pessoas são valorizadas pelos conhecimentos adquiridos ao longo de suas vivências e pelo modo como conseguem aplicá-las na prática.

## **2. A EDUCAÇÃO E O PAPEL DAS UNIVERSIDADES**

Deve-se ter em mente que o investimento em conhecimento é essencial para o indivíduo e a sociedade. “A educação superior é uma instituição social, cujo papel fundamental é formar a elite intelectual e científica da sociedade a qual faz parte” (COLOSSI, CONSENTINO E QUEIROZ, 2001, p. 57).

Ainda o mesmo autor, defende que uma instituição social é assentada em normas e valores emanados do grupo em que se insere e é, fundamentalmente, um ideal. Dizer que a educação superior é uma instituição social é afirmar que ela é estável e duradoura, sendo instituída a partir de normas e valores da sociedade, focando a qualificação profissional e a promoção do desenvolvimento econômico, social, política e cultural.

Na Educação Superior, o tipo de atividade que o docente exercerá dependerá da missão da instituição e da mantenedora, que pode ser governamental ou privada, com administração federal, estadual ou municipal. Como no Brasil há uma gama de Instituto de Ensino superior (IES), o pensar e o exercer da docência serão diferentes.

De acordo com a LDB/96, as IES são divididas em: Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas e Institutos ou Escolas Superiores.

Podemos considerar que a Universidade desenvolve o ensino, a pesquisa e extensão, pois ela possui autonomia didática, administrativa e financeira e congrega um corpo docente com titulação acadêmica significativa de mestrado ou doutorado.

Os Centros Universitários desenvolvem ensino de excelência, que atuam em uma ou mais áreas do conhecimento e que tem autonomia para abrir e fechar cursos e vagas de graduação sem autorização.

As Faculdades Integradas são um conjunto de instituições em diferentes áreas do conhecimento, que oferecem ensino e, às vezes, pesquisa e extensão. Esses estabelecimentos dependem do Conselho Nacional da Educação (CNE) para criar cursos e vagas.

Os Institutos Superiores ou Escolas Superiores atuam, em geral, em uma área do conhecimento e podem fazer ensino ou pesquisa, dependendo do CNE para a expansão de sua área de atuação. Como expresso anteriormente, a IES usada como unidade de análise deste artigo é a Universidade.

Para Campos (1999, p.5) “A universidade é instituição indispensável para o desenvolvimento humano sustentável do país, lugar privilegiado onde a sociedade e a economia discutem e fazem chances de futuro”.

Diante desta definição, qual seria o papel da universidade dentro da sociedade? Alguns autores destacam que a diversificação do papel das universidades aumentou muito ao longo do tempo, especialmente no que diz respeito à sua utilização pela sociedade como instrumento de desenvolvimento e progresso. Com isso, aqueles países que souberam aproveitar as potencialidades dessas instituições cresceram, impulsionando as mudanças sociais, juntamente com os setores produtivos.

Podemos considerar que o conhecimento é essencial para o desenvolvimento econômico de uma nação. Porém, é algo que emerge das pessoas e para que um país se desenvolva, ele precisa ter “criadores de conhecimento”. Para tal faz-se necessário que três agentes estejam interagindo juntos: governo, universidade e empresa.

Nesta interação a universidade-empresa nos países em desenvolvimento é baseada na prestação de serviços e em consultorias e que no Terceiro Mundo existe uma visão mais imediatista, de curto prazo

Se por um lado o desenvolvimento e crescimento da sociedade dependem da atuação das universidades, por outro, essa atuação está longe de se configurar, principalmente em relação às IES públicas.

Sob outra perspectiva, Chauí (2001, p.15) critica as mudanças ocorridas nas universidades públicas ao longo do tempo, dizendo: "agora, elas estão passando da condição de instituição social para o nível de organização". Podemos entender então, que estão se tornando universidades operacionais, que não possuem autonomia e agem como se o ensino fosse um produto a ser vendido em um mercado. O problema é que o ensino não deve ser encarado como se fosse um mero produto, mas como vivemos numa "sociedade do conhecimento", ele deve ser propagado para o próprio desenvolvimento da nação.

Em suma, para que a universidade atinja eficazmente seu papel é necessário que ela compreenda suas próprias dificuldades e limitações, bem como reformule suas propostas, estruturas e métodos de trabalho.

### **3. DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA**

Os parâmetros usados para a formação do docente exigiam uma capacitação permanente em sua área de atuação. Até então, o fator que definia a seleção de professores nas IES era baseado apenas na competência técnica (conhecimento). Contudo, com as mudanças advindas na última década do século XX, as transformações tecnológicas ocasionaram novas modalidades de ensino, fazendo com que a concepção de docência universitária viesse a sofrer alterações (COLOSSI, CONSENTINO E QUEIROZ, 2001, p. 50).

Apesar deste cenário de mudança, ainda existe uma barreira que resulta no distanciamento entre o conteúdo das disciplinas e a velocidade das transformações nos campos científico e empresarial. Esta barreira é a precariedade da estrutura de ensino e da formação profissional nacional. Em relação a este último quesito, os autores destacam que os profissionais graduados costumam ter uma formação diferenciada das demandas da realidade e que o problema disso está na forma de se ensinar.

Acrescentam ainda que existam professores exercendo a docência com tipos diferentes de formação: há aqueles com formação didática obtida em cursos de licenciatura; outros, que trazem sua experiência profissional para a sala de aula; e, há ainda aqueles, que não possuem

nenhuma experiência profissional ou didática sendo oriundo de cursos de especialização, mestrado e/ou doutorado.

Diante do exposto até o momento, nota-se que no plano da capacitação da área de conhecimento, os parâmetros estão bastante claros, mas estão incertos ou são inexistentes no campo da didática. Neste sentido, o docente apresenta possuir toda uma qualificação técnica, mas como fica a sua atuação em sala de aula? Será que ele está preparado para ministrar aulas?

Alguns autores enfatizam que há uma ausência de formação pedagógica que se torna um fardo aos docentes, frente aos quesitos “do que”, “como” e a “quem” ensinar, fazendo-os transitarem entre os extremos do amadorismo profissional, de um lado e, da profissionalização, do outro.

Estas, ainda indicam, que normalmente os professores que passam a lecionar não tiveram nenhum tipo de preparação para tal, no sentido de não saberem compreender, interpretar e aplicar a teoria na prática. A sua atuação, assim, passa a ser desarticulada das finalidades sociopolíticas e culturais do processo educativo. Defendem também, que a formação pedagógica deve ser pensada tanto em termos acadêmicos quanto didáticos, para que haja uma compreensão da qualidade do trabalho do professor na sala de aula. Em outras palavras, a atuação do professor deve ser pensada naquelas situações previstas ou não que podem acontecer no contexto da sala de aula.

Considerando essas afirmações, então, podemos entender que à universidade tem a tarefa de fomentar a formação pedagógica do corpo docente para que estes possam, dessa forma, transformar as IES em locais de produção de ensino, extensão e pesquisa, ou seja, é de responsabilidade da universidade criar a consciência de uma nova identidade docente, permitindo a este um novo olhar sobre si mesmo e sua atuação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Entendemos a docência superior como uma atividade peculiar e que, para o seu exercício, são exigidas algumas características específicas como a formação adequada. Para Vasconcelos (2000, p. 16)

Se a universidade é o locus de formação dos quadros profissionais de nível superior, é, portanto, função da universidade a formação de seus próprios quadros, ou seja a formação de seus docentes. A questão da formação didático-pedagógica desses docentes, no entanto, não é sequer mencionada como pré-requisito básico para o exercício do magistério superior.

Dessa forma, consideramos que o professor deverá estar seguramente preparado para o seu ofício, como se espera de qualquer profissional. Conhecer todas as nuances e possibilidades de sua profissão é condição essencial para bem exercê-la. Nesse contexto, a formação técnico-científica seria o domínio sobre o conteúdo específico da disciplina que o professor leciona. Ainda o mesmo autor, ressalta:

Assim, o docente universitário, certamente conhecedor do conteúdo da disciplina sob sua responsabilidade deve adotar uma atitude bastante característica frente ao conhecimento, questionando-o, recriando-o, estabelecendo as interligações entre os diversos conhecimentos e efetivando, dessa forma, a real iniciação científica de seus, criando neles o gosto pelo aprender e incitando-os a buscar conhecimentos novos e novos caminhos para antigos saberes (VASCONCELOS, 2000 p. 26).

Quanto à formação prática, se centra no domínio extenso do conteúdo que pretende ensinar, relacionar teoria e prática é fator de garantia de competência para o exercício do magistério universitário. Já a formação pedagógica vai além do simples “saber dar aula”, e abrange aspectos do planejamento de ensino visto como um todo (de objetivos gerais e específicos; da caracterização da clientela; do conhecimento do mercado de trabalho; da seleção dos conteúdos; das atividades e recursos de ensino; da avaliação da aprendizagem do aluno; das possibilidades de construção e reconstrução do conhecimento e da relação professor-aluno).

Vasconcelos (2000, p.26) argumenta que “é a competência pedagógica que se constituirá no diferencial de qualidade do professor”, ou seja, um professor efetivamente comprometido com o seu desempenho como docente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho se configurou em uma iniciativa para se obter um melhor entendimento acerca da formação docente e as mudanças pelas quais esse processo vem passando atualmente. Assim, os resultados da pesquisa revelam a lacuna didático-pedagógico referida pelos docentes universitários, em suas formações.

Os estudos evidenciaram que a formação docente universitária tem se restringido, quase que em sua totalidade, com um simples repassar dos conteúdos acadêmicos isentos de reflexões e críticas sócio-pedagógicas. O resultado dessa formação gerou um profissional que não possui uma visão ampla, mas apenas restrita e especializada da sua área de conhecimento. Dessa forma, sua atuação se tornou fragmentada, permitindo assim, que a teoria esteja distante da prática.



Agravando esse quadro, percebemos que as universidades deveriam expandir as fronteiras do conhecimento e promover a formação de recursos humanos qualificados.

Diante desta situação, temos a sensação de não haver ensino superior de qualidade no Brasil, porém vivemos numa sociedade do conhecimento, que modificou as relações dos indivíduos, onde todos são aprendizes, não importando idade ou profissão. As mudanças trazidas pelo avanço da tecnologia atingem a todos e não podemos estar excluídos dessas transformações que impactam nossa vida cotidiana. Hoje, tudo acontece pela internet, desde a compra de um produto até uma conferência.

A era do conhecimento está exigindo do docente uma postura mais dinâmica, atuando como mediador no processo de aprendizagem. Por outro lado, a universidade deve fomentar a formação do docente, já que cabe o ensino superior solucionar problemas da sociedade.

Dentro dessa linha de pensamento, o ensino superior deve enxergar a importância e a urgência de se olhar para os acadêmicos como futuros profissionais atuantes na sociedade. Então, é aqui que a didática entra e se transforma, dando origem ao ensino colaborativo. Esta é a nova dinamicidade do século XXI.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Silvia Maria De ET al. Para filosofar. São Paulo: Scipione, 1996.

CAMPOS, Marilson Gonçalves. Desafios da universidade brasileira na virada do milênio. Publicado em: julho/1999. Disponível em: Acesso em: 22 dez. 2019.

CHAUÍ, Marilena. “A universidade em ruínas”, In: Trindade, Hélio (org.). Universidade em ruínas na república dos professores. Petrópolis, Editora Vozes/Cipedes, 2001.

CHIAVENATO, Id Alberto. Introdução à teoria geral da administração. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004. Ed. compacta.

COLOSSI, Nelson; CONSENTINO, Aldo; QUEIROZ, Ety Guerra de. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. Revista FAE, Curitiba, v. 1, n. 4, p.49-58, 2001. Jan/abr.

OLIVEIRA, Pêrsios Santos de. Introdução à sociologia. 20. Ed. São Paulo: Ática, 1998.

VASCONCELOS, Maria Lucia M. de Carvalho. A formação do professor do ensino superior. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2000.